



2018/04/24

MUNICÍPIO DE TAROUCA**CÂMARA MUNICIPAL****ATA NÚMERO 15/2017-21 DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAROUCA DE 24 DE ABRIL DE 2018**

Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, nesta cidade de Tarouca, edifício dos Paços do Município, Salão Nobre das Reuniões, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, Valdemar de Carvalho Pereira, com a assistência da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, Luísa Maria de Sousa Teixeira Ramos e a presença dos Senhores Vereadores Afonso Manuel Batista Dias, José Damião Lopes Guedes de Melo, Susana Cristina Dias Pereira e José Bruno Gouveia Cardoso, teve lugar a décima quinta reunião desta Câmara Municipal, no mandato autárquico de dois mil e dezassete - dois mil e vinte e um. O **Senhor Presidente da Câmara** declarou aberta a reunião - extraordinária - pelas quinze horas, a qual foi convocada para discussão da seguinte

ORDEM DO DIA

PONTO 1- Contratação de um empréstimo de curto prazo, em regime de conta-corrente, até ao montante de €300.000,00 - Pedido de propostas - despacho

PONTO 2 - Pedido de autorização da Assembleia Municipal para contratação de um empréstimo a curto prazo no período de vigência do orçamento de 2018, em regime de conta-corrente, para ocorrer a dificuldades de tesouraria, até ao montante de € 300.000,00 - proposta

PONTO 1- CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO, EM REGIME DE CONTA-CORRENTE, ATÉ AO MONTANTE DE €300.000,00 - PEDIDO DE PROPOSTAS - DESPACHO

Presente o despacho do **Senhor Presidente da Câmara** que a seguir se transcreve:

"CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO, EM REGIME DE CONTA-CORRENTE, ATÉ AO MONTANTE DE € 300.000

PEDIDO DE PROPOSTAS (Nº2 DO ARTIGO 49º E ARTIGO 50º DA LEI Nº73 /2013, DE 03.09)

DESPACHO

Considerando que:

- Foi promovida a constituição da arbitragem no processo de declaração de utilidade pública da expropriação de uma parcela de terreno destinada à construção da Área de Acolhimento Empresarial e Logística de Tarouca;
- Pretendemos interpor recurso do acórdão proferido, dado que o valor da indemnização arbitrada (€ 277.897,44) é manifestamente superior ao valor que resultou da peritagem efetuada pelo perito do Município (€ 111.150), com a qual concordamos e cujo depósito já foi efetuado;
- De acordo com o artigo 51º do Código das Expropriações o processo deve ser remetido ao Tribunal da Comarca da situação do bem, acompanhado de comprovativo do depósito da quantia excedente;
- Não foi aceite o pedido de substituição do depósito em dinheiro por garantia bancária, elaborado pela Chefe de

Divisão da DAF, devendo ser apresentada prova do mesmo no prazo de 10 dias;

e) O Município não dispõe de recursos financeiros imediatos para proceder ao depósito da quantia excedente, prevendo-se que estejam disponíveis durante o corrente ano. Contudo, esta de

f) De acordo com a lei do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (Lei n° 73/2013, de 03.09), os municípios podem contrair empréstimos de curto prazo, com prazo de maturidade até um ano (n°2 do artigo 49°).

A proposta a submeter à autorização da Assembleia Municipal é obrigatoriamente acompanhada de informação sobre as condições praticadas em, pelo menos, três instituições autorizadas por lei a conceder crédito, bem como do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município (n°5 do artigo 49° e 2 do artigo 50°).

Assim,

para efeitos de instrução da proposta de deliberação da autorização da contratação de um empréstimo de curto prazo, no ano de 2018, com a finalidade de ocorrer a eventuais dificuldades de tesouraria, no montante de € 300.000,00, e face à urgência desta decisão, **DECIDO**, no uso da competência prevista no n° 3 do artigo 35° do Anexo I à Lei n° 75/2013, de 12.09, solicitar propostas às instituições bancárias abaixo indicadas, nas seguintes condições:

- ❖ Valor da abertura de crédito de curto prazo, em regime de conta-corrente: **até ao montante de € 300.000,00;**
- ❖ Prazo de amortização: **até 31 de dezembro de 2018;**
- ❖ Empréstimo a funcionar em regime de conta corrente, ou seja, o montante máximo do capital utilizado não poderá exceder, em cada momento, € 300 000,00;
- ❖ Reembolso de capital em qualquer momento;
- ❖ Isenção da comissão de liquidação antecipada total ou parcial;
- ❖ Isenção de comissão de gestão;
- ❖ Pagamento de juros mensais;
- ❖ Formalização de utilização: pedidos de libertação de fundos mediante pedido escrito.

As propostas deverão indicar a **taxa de juro, o "spread", todas as despesas, incluindo comissões de cobrança, e o prazo de validade.**

Entidades bancárias a consultar:

- Banco BPI, SA;
- Caixa Geral de Depósitos, SA;
- - Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Beira Douro, CRL.

À próxima reunião da Câmara Municipal para ratificação.

Tarouca, 20.04.2018

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"



2018/04/24

MUNICÍPIO DE TAROUCA**CÂMARA MUNICIPAL**

O **Senhor Presidente da Câmara** começou por agradecer a disponibilidade dos Senhores Vereadores para estarem presentes nesta reunião, tendo dito o seguinte:

"Quando iniciámos a ideia de criar a Área Empresarial de Tarouca, em primeiro lugar tínhamos de pensar onde estava inserida em termos de PDM e localiza-se naquela zona.

Começamos por negociar com os proprietários. Na altura, pedi à Chefe de Divisão da DAF informação sobre o preço médio pago para comprar os terrenos da Variante Este. Fizemos uma proposta e os proprietários responderam que não aceitavam, que iriam apresentar uma contraproposta.

Passado pouco tempo, fui, acompanhado da Chefe de Gabinete, falar com o proprietário. Dissemos-lhe que queríamos um acordo, o proprietário disse que ia pensar e enviar uma proposta. Nunca chegou.

Passado muito tempo, eu voltei lá, falei com o Senhor Agostinho Nunes e disse que queria resolver a situação. Ele estava com a memória muito boa. Chegámos a acordo. Combinámos para a tarde desse dia a assinatura da promessa de compra e venda e o preço da compra.

Na altura, disse à Senhora que acompanha o Sr. Agostinho para lá estar também assim como a sua filha.

Nessa tarde, quem falou foi o genro do Senhor Agostinho que disse que não valia a pena, que não iria haver acordo, que tinha ordens do seu advogado. Passados um ou dois dias tinha cá na Câmara Municipal o genro e a filha do senhor Agostinho, que me disseram que era preferível a expropriação, porque o pai nunca iria assinar. Depois, o próprio representante dele me disse isso.

Eles apresentaram uma contraproposta, que não foi aceite pelo Executivo e por isso avançamos para a expropriação.

Foi promovida a arbitragem, cuja decisão é de €277.000,00, que é feita também com base em outros quesitos indicados pelos expropriados. Não concordamos e iremos interpor recurso. Contudo nesta fase é necessário efetuar o depósito da quantia em falta e, dado não dispormos de disponibilidade de tesouraria é necessário efetuar um empréstimo de curto prazo. Nós na altura das negociações, quando fizemos o projeto fizemos o favor de deixar dois lotes de terreno, para eles fazerem habitação.

Este processo pode durar muitos anos e até lá o expropriado não receberá o qualquer valor arbitrado. Alterar e MUDAR PARA O FIM

Temos que entender que o Município é uma pessoa de bem e que tem que honrar os seus compromissos.

O Município sentir-se-ia muito bem se conseguisse resolver esta situação sem Tribunal. Era melhor para eles e para todos. Este processo pode durar muitos anos e até lá o expropriado não receberá qualquer valor."

O **Senhor Vereador José Bruno Gouveia Cardoso** disse o seguinte:

"Neste momento, há que fazer a diferença entre os duzentos e setenta e sete mil euros requeridos e os cento e onze mil

euros pagos. Nós nunca defendemos a localização desta zona de acolhimento industrial.

Era uma proposta da campanha eleitoral que tínhamos, e mantemos: outra localização melhor, junto à Régiefrrutas.

Tentei ler algumas atas anteriores sobre este assunto, se este negócio for fechado à força, a Câmara Municipal irá ficar lesada em € 60 000,00 que era o valor da proposta inicial dos proprietários.

Não temos o histórico das propostas que foram apresentadas, pelo que solicitamos cópia das mesmas. Entendo que deve o Executivo tirar ilações políticas deste assunto, porque pagar mais do que aquilo que inicialmente era necessário parece-me uma má política."

O **Senhor Presidente da Câmara** disse que irá ser facultado aos Senhores Vereadores cópia das propostas e contrapropostas apresentadas no âmbito do processo de aquisição da parcela destinada à construção da AAEL de Tarouca.

Disse ainda o seguinte:

"Não sei a que terreno se refere o Senhor Vereador José Bruno Gouveia Cardoso. Não vou comentar isso.

Se houve política metida nisto foi da parte do Partido Socialista, porque o assunto poderia ter sido resolvido se não houvesse alguém com interesses políticos a intervir. Se houve situação em que realmente alguém esteve menos bem, foi o Partido Socialista. Uma vez que está a tornar isto num caso político, então vamos ter aqui um caso político muito sério. Se houve alguém que teve intenção de nós nunca iniciarmos a AAEL antes das eleições, foi da parte do Partido Socialista."

A **Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira**, fez o enquadramento, no PDM de Tarouca, da área destinada à AAEL, ao Sr. Vereador José Bruno Cardoso tendo esclarecido que, em 1994 a AAEL se localizava naquela encosta. Mais tarde, começam a surgir ideias para ir para Várzea da Serra e, enquanto membro da Assembleia Municipal e depois da Câmara Municipal, sempre disse que não era possível criar lotes fora do perímetro urbano, como era o caso, dependentes de um processo muito complexo, sem prejuízo das posteriores alterações legislativas, igual ao de qualquer particular. Por isso, é que o solo rural tem um valor e o solo urbano tem outro.

Disse ainda que, esta Câmara Municipal durante anos desenvolveu um trabalho, despendendo verbas, num local onde não resultou qualquer lote para construção e que, agora, desenvolveu-se um projeto completo no único sítio onde era possível desenvolver uma AAEL, que só demorou três anos a finalizar devido a aquisição do terreno, pois tem que se pensar onde se pode construir e lotear e só se pode fazer-lo onde o PDM o prevê.

Disse ainda o seguinte:

"Sendo assim, à nossa dimensão e porque se calhar os nossos sonhos não são demagogos, são realistas, temos uma área empresarial à nossa dimensão.



2018/04/24

MUNICÍPIO DE TAROUCA**CÂMARA MUNICIPAL**

Lembro a intervenção do Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias quando disse que não gostava de ver as pessoas perderem os terrenos que não querem vender. Não estamos perante uma situação em que as pessoas nunca disseram que não queriam vender, mas sim por quanto queriam vender, e qual o justo valor, pelo qual muito esperamos muito tempo.

A expropriação correu com a última avaliação e quando o processo começa não podemos andar para trás e para a frente. Os €60 000,00 aqui referidos não representam prejuízo, nem lucro para ninguém. Existe avaliação dos árbitros, mas ainda não há decisão. Isto é um depósito para cumprir as formalidades legais."

O **Senhor Presidente da Câmara** disse ainda que a Câmara Municipal não aceitou a proposta dos proprietários no valor de € 211 000,00, porque entenderam que era avaliação muito superior aquela que tinha sido feita para os terrenos da variante. Salientou que, não obstante, caso os proprietários tivessem pretendido negociar talvez tivessem chegado a acordo, várias vezes tentado, como disse atrás, e nunca conseguido, porque nenhum deles se quis sentar à mesa das negociações.

O **Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo** disse o seguinte:

"Tenhamos a coragem de tirar ilações políticas sérias, credíveis e com verdade.

Parabéns Senhor Presidente da Câmara pela forma empenhada como se dedicou a este processo. E mesmo que corra, na pior das hipóteses, eu quero dizer-lhe: € 60.000,00 são mais 0,4% do que a dívida que encontramos nesta Câmara Municipal quando iniciámos. E sobre isso ninguém quis tirar ilações políticas. Portanto, mais € 60.000,00 é um investimento que tem um interesse incalculável para o desenvolvimento do Concelho, para os empreendedores e para a fixação dos mais jovens. E isso Senhor Presidente da Câmara não há € 60.000 que o pague, porque vale bem mais do que um conjunto de obras que foram feitas neste concelho durante anos, que não traziam mais nada do que fachada e cenário. Ninguém até hoje tirou ilações políticas da dívida, porque sempre soubemos respeitar as opções dos outros.

Nas Aldeias de Cor, será que alguém se lembrou do prejuízo que deram. Ninguém falou nos €200.000,00 investidos na zona industrial de Várzea da Serra.

Cada um dos postos de trabalho criados com a AAEL terão a sua chancela, e isso é bom. Se pudermos fazer com que a Câmara Municipal pague o valor justo, ótimo. Se não for assim, siga para a frente, com mais emprego e desenvolvimento."

O **Senhor Presidente da Câmara** disse o seguinte:

"Não sei quanto tempo estarei na Câmara Municipal, mas com atitudes destas não irei aceitar que este valor seja o valor a pagar, porque não irei de forma alguma prejudicar o Município e porque a minha obrigação é zelar pelos interesses das populações.

Isto não tem nada a ver com os expropriados. Mas com quem os representa. Juntar-me-ei com os donos e poderemos chegar a acordo.

Como sabem são processos que podem demorar dezenas de anos, lamento que alguém por capricho ou por dinheiro transformasse este processo..."

O **Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias** perguntou o que acontece se o Município não fizer o depósito da quantia remanescente.

O **Senhor Presidente da Câmara** informou que significava aceitar o valor indicado pelos árbitros.

O **Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias** disse o seguinte: "Acompanhei as reuniões da Câmara Municipal em que se falou neste processo da expropriação, e a minha opinião ficou em ata.

No entanto, os processos de expropriação são de facto penosos para quem entre neles, porque de um lado há necessidade de se avançar com projetos e do outro o sentimento de posse dos proprietários.

Em segundo lugar, quero manifestar que estou completamente à parte das afirmações que o Senhor Presidente da Câmara fez em relação a questões políticas. Não intervi no processo, mal conheço os proprietários, nem houve da minha parte qualquer atitude para atrasar este negócio.

O que temos perante nós e que no final o que é certo é que o Município terá que pagar mais € 60.000. Concordo plenamente com o Senhor Presidente da Câmara, o Município deve ser uma pessoa de bem e deve cumprir as suas obrigações. Isto está a ser-lhe imposto e é preciso cumprir.

Tenho pena que não tenha chegado a bom porto nas negociações. Sentimos hoje nesta reunião, que temos muitas dificuldades em discutir sobre os assuntos, por causa da falta de documentação de suporte.

Volto a deixar a chamada de atenção. Reconheço a urgência da situação, estou cá para ajudar, mas tentem que tenhamos dados um pouco mais atempados para podermos analisar quando chegarmos à hora da votação."

O **Senhor Presidente da Câmara** disse que da sua parte houve tão boa-fé que pretendiam comprar o terreno todo e negociaram com o dono deixar a parte de baixo do prédio para os filhos, aceitando que era a parcela mais valiosa, porque estava junto à variante. Concluiu dizendo que não houve vontade da outra parte em alcançar um acordo.

Discutido o assunto, foi deliberado ratificar o presente despacho do Senhor Presidente da Câmara por maioria de quatro votos a favor e uma abstenção do Senhor Vereador José Bruno Gouveia Cardoso.

PONTO 2 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO NO PERÍODO DE VIGÊNCIA DO ORÇAMENTO DE 2018, EM REGIME DE CONTA-CORRENTE, PARA OCORRER A DIFICULDADES DE TESOURARIA, ATÉ AO MONTANTE DE € 300.000,00 - PROPOSTA



Fl. 014

2018/04/24

MUNICÍPIO DE TAROUCA**CÂMARA MUNICIPAL**

Presente a proposta do **Senhor Presidente da Câmara**, que a seguir se transcreve na íntegra:

"PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO NO PERÍODO DE VIGÊNCIA DO ORÇAMENTO DE 2018, EM REGIME DE CONTA-CORRENTE, PARA OCORRER A DIFICULDADES DE TESOUREARIA, ATÉ AO MONTANTE DE € 300.000,00

PROPOSTA

Na sequência do meu despacho datado de 120 do corrente mês, proferido com fundamento em circunstâncias urgentes, foi solicitada a apresentação de propostas a três instituições bancárias, das quais apenas uma respondeu.

Analizada a mesma, nos termos constantes da informação da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, datada de hoje, que aqui se dá por integralmente reproduzida, **proponho** a V. Exas. que esta Câmara Municipal, no uso da competência prevista na alínea ccc) do n°1 do artigo 33° do Anexo I à Lei n° 75/2013, de 12.09, delibere solicitar à Assembleia Municipal autorização, no uso da competência prevista na alínea f) do n°1 do artigo 25° do mesmo diploma, para contratar com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Beira Douro, CRL, com sede em Lamego, um empréstimo de curto prazo, em regime de conta-corrente, até ao montante de € 300.000,00 (trezentos mil euros), a utilizar durante o ano de 2018, apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria, à taxa de juro variável indexada à **Euribor a 6 meses**, acrescida do spread de **1,10%** (em qualquer circunstância, a taxa de juro nominal aplicável nunca será inferior ao "spread") e nas demais condições constantes da sua proposta.

Cumprimento do limite da dívida total, previsto no artigo 52° da Lei n° 73/2013, de 02.09: de acordo com o n°1 do artigo 50° do referido diploma, o empréstimo de curto prazo deve ser amortizado até ao final do exercício económico de 2018 e, por consequência, não gerará aumento da dívida total de operações orçamentais do município.

Junta-se em anexo mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município.

Anexos:

- a) 1 proposta recebida;
- b) Respostas das 2 outras instituições bancárias consultadas;
- c) informação da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira;
- d) mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município.

Paços do Município, 24 de abril de 2018

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado, por maioria de três votos a favor e dois votos contra dos Senhores Vereadores Afonso Manuel Batista Dias e José Bruno Gouveia Cardoso, aprovar a

presente proposta e solicitar à Assembleia Municipal autorização, no uso da competência prevista na alínea f) do nº1 do artigo 25º do mesmo diploma, para contratar com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Beira Douro, CRL, com sede em Lamego, um empréstimo de curto prazo, em regime de conta-corrente, até ao montante de € 300.000,00 (trezentos mil euros), a utilizar durante o ano de 2018, apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria, à taxa de juro variável indexada à Euribor a 6 meses, acrescida do spread de 1,10% (em qualquer circunstância, a taxa de juro nominal aplicável nunca será inferior ao "spread") e nas demais condições constantes da sua proposta.

O Senhor Presidente da Câmara disse que lhe apraz registrar que a AAEL de Tarouca será uma realidade mesmo com os votos contra dos Senhores Vereadores do Partido Socialista.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente da Câmara** declarou encerrada a reunião pelas dezasseis horas, da qual se lavrou a presente ata.

E eu, *Luís Manuel de Sousa (assinatura)*, Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, a subscrevi.

